

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

## **Conteúdo**

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado e do resultado Abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH Gestora do - HEELJ**  
**CNPJ: 18.972.378/0002-01**  
**Balanco Patrimonial**  
**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em reais)**

	Nota Explicativa	2020	2019 (Reapresentado)	2019
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>		<b>8.230.562,10</b>	<b>4.858.243,98</b>	<b>4.858.243,98</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.886.779,56	875.522,23	875.522,23
Credito de Subvenção	5	551.462,42	3.728.135,92	3.728.135,92
Outros créditos	6	39.060,95	109.018,69	16.701,08
Estoque	7	753.259,17	145.567,14	145.567,14
Depósitos e Bloqueios Judiciais	6	-	-	92.317,61
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.800.000,00</b>	-	-
Crédito com pessoas ligadas	8	1.800.000,00	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.030.562,10</b>	<b>4.858.243,98</b>	<b>4.858.243,98</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>				
<b>Contrato de Gestão nº 004/2014 SES-GO</b>		<b>27.559.312,94</b>	<b>37.417.218,13</b>	<b>37.417.218,13</b>
Contrato de Gestão nº 004/2014 SES-GO	5	17.083.156,15	27.161.813,21	27.161.813,21
Bens em Comodato Cedidos	9.a	997.949,36	997.949,36	997.949,36
Bens Adquiridos Cont. Gestão	9.b	9.448.207,43	9.257.455,56	9.257.455,56
Bens em Comodato outras Empresas	9.a	30.000,00	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO</b>		<b>37.589.875,04</b>	<b>42.275.462,11</b>	<b>42.275.462,11</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.927.460,01</b>	<b>4.858.243,98</b>	<b>4.858.243,98</b>
Fornecedores	10	2.751.594,45	1.337.534,50	1.327.676,89
Obrigações tributárias	11	305.719,97	2.160.317,25	2.160.317,25
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	1.298.069,34	731.824,42	731.824,42
Subvenções governamentais a realizar	5	4.738.204,28	-	-
Provisões trabalhistas e encargos	13	833.871,97	628.567,81	628.567,81
Outras obrigações	14	-	-	9.857,61
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>103.102,09</b>	-	-
Obrigações com pessoas ligadas L.P.	15	13.588,46	-	-
Provisões judiciais L.P.	16	89.513,63	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		-	-	-
Déficit do período		-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.030.562,10</b>	<b>4.858.243,98</b>	<b>4.858.243,98</b>
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>				
<b>Contrato de Gestão nº 004/2014 SES-GO</b>		<b>27.559.312,94</b>	<b>37.417.218,13</b>	<b>37.417.218,13</b>
Contrato de Gestão nº 004/2014 SES-GO	5	17.083.156,15	27.161.813,21	27.161.813,21
Bens em Comodato Cedidos	9.a	997.949,36	997.949,36	997.949,36
Bens Adquiridos Cont. Gestão	9.b	9.448.207,43	9.257.455,56	9.257.455,56
Bens em Comodato outras Empresas	9.a	30.000,00	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO COMPENSADO</b>		<b>37.589.875,04</b>	<b>42.275.462,11</b>	<b>42.275.462,11</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PRESIDENTE **ELIUDE BENTO DA SILVA**

Assinado de forma digital por  
 ELIUDE BENTO DA SILVA  
 Dados: 2022.02.07 13:53:08 -03'00'

RESPONSÁVEL TÉCNICO  
 TAXS CONTABILIDADE  
 EIRELI:21126863000180

Assinado de forma digital por TAXS  
 CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
 Dados: 2022.02.08 10:52:12 -03'00'

ELIUDE BENTO DA SILVA  
 PRESIDENTE  
 C.P.F. 278.861.741-00

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP  
 Empresa de Contabilidade  
 C.R.C. GO-001863  
 C.N.P.J. 21.126.863/0001-80  
 EZIO DONIZETH LOPES  
 Contador  
 C.R.C. GO-010049/O-2

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH Gestora do - HEELJ**  
**CNPJ: 18.972.378/0002-01**  
**Demonstração do Resultado do Exercício e do Resultado Abrangente**  
**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em reais)**

	Nota	2020	2019 Reapresentado	2019
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
<b>Com Restrição</b>	<b>17</b>	<b>33.917.989,96</b>	<b>35.130.514,70</b>	<b>35.130.514,70</b>
Programa atividade de saúde		33.811.702,63	34.975.135,79	34.975.135,79
Outras receitas - Atividade de saúde		106.287,33	155.378,91	155.378,91
<b>CUSTOS COM PROGRAMAS</b>				
<b>Com Restrição</b>				
<b>Programa atividade de saúde</b>	<b>18</b>	<b>(28.530.854,93)</b>	<b>(30.564.541,13)</b>	<b>(29.587.204,59)</b>
Custo com Pessoal	18.a	(11.940.474,06)	(9.394.762,89)	(7.671.584,83)
Custo de Provisões trabalhistas	18.b	(1.342.965,31)	(878.015,58)	-
Custo operacional	18.c	(15.056.443,69)	(20.219.786,77)	-
Custo na aquisição de bens	18.d	(190.971,87)	(71.975,90)	(71.975,90)
Medicamentos e material	18.e	-	-	(1.185.055,77)
Custos de serviços assistenciais e de apoio	18.f	-	-	(20.658.588,09)
<b>SUPERÁVIT BRUTO</b>		<b>5.387.135,03</b>	<b>4.565.973,57</b>	<b>5.543.310,11</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
<b>Com Restrição</b>				
<b>Despesas administrativas - Atividades de saúde</b>	<b>19</b>	<b>(5.229.414,29)</b>	<b>(4.187.471,37)</b>	<b>(5.590.987,35)</b>
Despesa com Pessoal Próprio	19.a	(1.207.995,68)	(865.680,38)	-
Despesa de Provisões Trabalhistas	19.b	(184.951,41)	(131.121,50)	-
Serviços contratados	19.c	(2.518.420,23)	(2.078.949,32)	(325.495,82)
Administrativas	19.d	(1.181.293,91)	(1.082.148,77)	(1.155.920,68)
Tributárias	19.e	(47.239,43)	(29.571,39)	(455.750,83)
Aluguéis	19.f	-	-	(55.824,50)
Despesa com Glosa SES/GO - Folha de servidores cedidos SES/GO	19.g	-	-	(3.597.995,52)
Provisões judiciais	<b>16</b>	(89.513,63)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS REC.E DESP. FINANC.</b>		<b>157.720,74</b>	<b>378.502,20</b>	<b>(47.677,24)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO - Atividades de saúde</b>	<b>20</b>			
<b>Com Restrição</b>		<b>(157.720,74)</b>	<b>(378.502,20)</b>	<b>47.677,24</b>
Receitas Financeiras		111.660,59	47.677,24	-
Despesas Financeiras		(269.381,33)	(426.179,44)	-
Rendimentos de Aplicação Financeira		-	-	29.417,01
Descontos Financeiros Obtidos		-	-	18.260,23
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO</b>		<b>- 0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas para o exercício sob esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente.

PRESIDENTE **ELIUDE BENTO DA SILVA**  
Assinado de forma digital por ELIUDE BENTO DA SILVA  
Dados: 2022.02.07 13:53:56 -03'00'

ELIUDE BENTO DA SILVA  
PRESIDENTE  
C.P.F. 278.861.741-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO

TAXS CONTABILIDADE  
EIRELI:21126863000180

Assinado de forma digital por TAXS  
CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
Dados: 2022.02.08 10:52:45 -03'00'

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP  
Empresa de Contabilidade  
C.R.C. GO-001863  
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80  
EZIO DONIZETH LOPES  
Contador  
C.R.C. GO-010049/O-2

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH Gestora do - HEELJ**  
**CNPJ: 18.972.378/0002-01**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em reais)**

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos iniciais em 01/01/2019</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldos iniciais em 01/01/2019 Reapresentado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit / (Déficit) do Período	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos finais em 31/12/2019</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldos finais em 31/12/2019 Reapresentado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit / (Déficit) do Período	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos finais em 31/12/2020</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

PRESIDENTE **ELIUDE BENTO DA SILVA**

ELIUDE BENTO DA SILVA  
PRESIDENTE  
CPF: 278.861.741-00

Assinado de forma digital por ELIUDE BENTO DA SILVA  
Dados: 2022.02.07 13:54:30 -03'00'

RESPONSÁVEL TÉCNICO

TAXS CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
Assinado de forma digital por TAXS CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
Dados: 2022.02.08 10:53:05 -03'00'

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP

Empresa de Contabilidade  
C.R.C. GO-001863  
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80  
EZIO DONIZETH LOPES  
Contador  
C.R.C. GO-010049/O-2

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH Gestora do - HEELJ**  
**CNPJ: 18.972.378/0002-01**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em reais)**

	2020	2019 (Reapresentado)	2019
<b>Superávit (Déficit) do Período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ajustes por:</b>			
(+) Provisões	89.513,63	90.626,48	90.626,48
<b>Aumento (Diminuição) nos Ativos</b>			
Contas a receber	3.176.673,50	1.130.211,90	1.130.211,90
Outros créditos	(1.730.042,26)	(38.388,22)	(16.556,87)
Estoques	(607.692,03)	47.268,78	47.268,78
Depósitos e Bloqueios Judiciais	0,00	0,00	(21.831,35)
<b>Aumento (Diminuição) nos Passivos</b>			
Fornecedores	1.414.059,95	(1.986.678,14)	(1.986.678,14)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	566.244,92	53.912,20	53.912,20
Outras obrigações	13.588,46	(1.469,65)	(1.469,65)
Obrigações tributárias	(1.854.597,28)	1.578.830,88	1.578.830,88
Provisões trabalhistas e encargos	205.304,16	0,00	0,00
Subvenções Governamentais a Realizar	4.738.204,28	0,00	0,00
<b>(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>6.011.257,33</b>	<b>874.314,23</b>	<b>874.314,23</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.011.257,33</b>	<b>874.314,23</b>	<b>874.314,23</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	875.522,23	1.208,00	1.208,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	6.886.779,56	875.522,23	875.522,23
<b>(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.011.257,33</b>	<b>874.314,23</b>	<b>874.314,23</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PRESIDENTE **ELIUDE BENTO DA SILVA**  
Assinado de forma digital por  
ELIUDE BENTO DA SILVA  
Dados: 2022.02.07 13:55:00 -03'00'

ELIUDE BENTO DA SILVA  
PRESIDENTE  
CPF: 278.861.741-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO  
TAXS CONTABILIDADE  
EIRELI:21126863000180  
Assinado de forma digital por TAXS  
CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
Dados: 2022.02.08 10:55:26 -03'00'

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP  
Empresa de Contabilidade  
C.R.C. GO-001863  
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80  
EZIO DONIZETH LOPES  
Contador  
C.R.C. GO-010049/O-2

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH Gestora do - HEELJ**  
**CNPJ: 18.972.378/0002-01**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais**  
**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em reais)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 08 de setembro de 2013 com sede e foro em Goiânia, Goiás, tem por finalidade básica a promoção de ações de atenção à saúde, atuando como organização social, com compromisso de desenvolver projetos inclusivos de relevância, que privilegiem o ser humano, sua coparticipação, sua ética e dignidade, por meio de ações sociais, educacionais, tecnológicas e práticas de gestão, contribuindo com construção de uma sociedade justa, fraterna, participativa e solidária.

Recentemente o Governo de Estado de Goiás, mais especificamente a SES-GO - Secretária de Estado da Saúde de Goiás, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo-os a qualidade na assistência em suas Unidades, aderiu ao modelo de parceria na Gestão da saúde, atribuindo esta função às Organizações Sociais – OS.

Com isso o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH foi selecionado através de um processo de Chamamento Público e vinculado ao contrato de Gestão nº 004/2014/SES/GO e seus respectivos aditivos, passou a gerir o Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime – HEELJ, localizado no município de Pirenópolis Goiás, que atende a população local, população flutuante composta por turistas que visitam a cidade histórica e de municípios circunvizinhos como Corumbá de Goiás, Cocalzinho e Abadiânia. A Unidade oferece especialidades médicas nas áreas de Cardiologia, Clínica Médica, Ginecol. Obstetrícia, Ortopedia, Dermatologia, Psiquiatria, Pediatria, Infectologia, Cirurgia Geral, Endocrinologia, Geriatria e Neurologia, além de contar com profissionais técnicos como: Biomédico, Enfermeiro, Nutricionista, Assistente Social, Fisioterapeuta, Psicólogo.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações financeiras individuais, cuja conclusão foi aprovada em Reunião da Diretoria, abrangem apenas as operações do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, vinculadas ao contrato de gestão nº 004/2014/SES/GO e aditivos contratuais do Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime – HEELJ e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

### **2.2 BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

### **2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”), que no caso do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH/HEELJ é o Real (“BRL” ou “R\$”). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

### **2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos

significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, quando existentes, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### **3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

##### **(a) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, além de valores de ressarcimentos de verbas rescisórias trabalhistas.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

Os valores referentes a ressarcimentos com verbas rescisórias tiveram origem com base no item 9.6, combinado com o item 9.19, ambos da cláusula nona – dos recursos humanos, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 004/2014-SES-GO, o qual prevê que o Estado de Goiás passa a ser o responsável pelo ônus financeiro sobre as verbas rescisórias trabalhistas da unidade.

##### **(b) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e subvenções a realizar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O valor a realizar do contrato de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 004/2014 SES/GO.

#### **3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

##### **(a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado e do intangível, quando existentes, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável.

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH, por meio do contrato de gestão nº 004/2014/SES-GO e aditivos, administra o HEELJ e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.



### **(b) Depreciação/Amortização**

As depreciações/amortização são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Contudo, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não se aplica aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e aos bens cedidos pela SES-GO, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH Gestor do HEELJ, mas, sim, do Estado de Goiás.

### **3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (“IMPAIRMENT”)**

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado na nota 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Para o exercício de 2020, não foram identificados indícios de perdas para os valores registrados no ativo imobilizado.

### **3.4 ESTOQUES**

Os estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

### **3.5 PASSIVOS CONTINGENTES**

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e/ou possíveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Estes são divulgados em Nota explicativa específica, conforme avaliação por parte do corpo jurídico da entidade.

### **3.6 PROVISÕES**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

### **3.7 PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Instituto reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

### **3.8 APURAÇÃO DO RESULTADO**

O Superávit e/ou Déficit são apurados, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado.

### **3.9 TRIBUTAÇÃO**

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

### **3.10 REAPRESENTAÇÃO**

A Administração da entidade, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes de exercícios anteriores no seu balanço patrimonial e fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 24 de abril de 2020, e publicadas no diário oficial no dia 22 de maio de 2020, as reapresentações foram motivadas em detrimento de adequação de plano de contas e mudanças nos critérios contábeis quanto a segregação de custos e despesas, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis,

Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". As mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício demonstrado a seguir.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de caixa e equivalentes de caixa, com restrições, era composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Aplicações financeiras (a)	5.855.884,26	875.315,93	875.315,93
Bancos	1.030.895,30	206,30	206,30
<b>TOTAL</b>	<b>6.886.779,56</b>	<b>875.522,23</b>	<b>875.522,23</b>

(a) as aplicações financeiras referem-se substancialmente as contas de cadernetas de poupança no banco Caixa Econômica remunerada a taxa de mercado. Esse saldo consiste em valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante na mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Entretanto, o IBGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

#### 5. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

##### (a) Subvenções Governamentais a Receber e a executar

O montante de subvenções governamentais a receber referente ao exercício de 2019 e a realizar referente ao exercício de 2020 são provenientes do Contrato de Gestão nº 004/2014/SES-GO e seus aditivos, e estão compostos da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendiment o aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	31.599.589,05	93.425,87	2.320.426,19	356.090,77	- 51.512,90	22.345.212,35	6.578.850,02	35.411.715,00	11.087.918,23	-	34.203.898,86	40.782.748,88
2018	22.717.224,24	220.464,66	1.444.381,11	347.607,37	-	32.881.979,49	- 4.462.214,31	34.919.885,63	23.290.579,62	35.411.715,00	46.898.389,62	42.436.175,31
2019	35.877.707,26	29.417,01	71.975,90	173.639,14	- 382.919,54	35.106.166,24	- 3.176.673,50	34.472.879,01	21.885.751,37	16.141.130,85	27.161.813,21	23.985.139,71
2020	41.735.028,10	108.628,80	190.971,87	109.319,12	1.760,50	33.845.365,87	4.738.204,28	31.656.371,04	11.807.094,31	31.656.371,04	17.083.156,15	21.821.360,43

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

Atendido os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, a subvenção, à medida da sua realização, foi reconhecida no resultado como receita. Durante o ano de 2020, a soma dos valores repassados pela SES-GO foi superior ao valor das despesas. Desta forma, a Entidade passou a registrar essas diferenças em obrigações a realizar, no Passivo Circulante.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2020 é de R\$ 17.083 milhões até a conclusão do contrato de gestão (previsto para 21/02/2021). Este montante está sendo controlado em contas de Ativo e Passivo Compensado.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 4.738 milhões, refere-se a valores que serão aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 004/2014/SES-GO e seus aditivos.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 21.821.360,43 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

##### (b) Ressarcimento com Verbas Rescisórias Trabalhistas

DESCRIÇÃO	2020	2019	2019
Ressarcimento Verbas Rescisórias	551.462,42	551.462,42	551.462,42
<b>TOTAL</b>	<b>551.462,42</b>	<b>551.462,42</b>	<b>551.462,42</b>

Refere-se a valores de verbas rescisórias trabalhistas conforme previsto o item 9.6, combinado com o item 9.19, ambos da cláusula nona – dos recursos humanos, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 004/2014-SES-GO, o qual prevê que o Estado de Goiás passa a ser o responsável pelo ônus das verbas rescisórias trabalhistas da unidade.

## 6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Adiantamento a fornecedores (a)	21.687,47	3.177,14	3.177,14
Depósitos Judiciais	8.959,63	92.317,61	92.317,61
Adiantamento a empregados (b)	8.413,85	13.523,94	13.523,94
<b>TOTAL</b>	<b>39.060,95</b>	<b>109.018,69</b>	<b>109.018,69</b>

(i) refere-se ao saldo final dos pagamentos efetuados a fornecedores a título de adiantamento durante o exercício de 2020.

(ii) referem-se a depósitos em juízo perante a Justiça do Trabalho enquanto da recorrência de reclamatória trabalhista.

(iii) refere-se ao saldo final dos pagamentos efetuados a colaboradores a título de adiantamento de férias durante o exercício de 2020.

## 7. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Medicamentos	122.864,49	48.916,86	41.835,79
Medicamentos Controle Especial	0,00	0,00	7.081,07
Correlatos	113.228,11	63.270,78	63.270,78
Material de Uso e Consumo	218.365,42	16.996,74	16.996,74
Materiais de Almoxarifado	11.203,48	16.239,36	16.239,36
Gêneros alimentícios	7.392,07	143,40	143,40
<b>Subtotal</b>	<b>473.053,57</b>	<b>145.567,14</b>	<b>145.567,14</b>
Produtos em trânsito	2.907,60	0,00	0,00
Produtos em poder de terceiros	277.298,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>280.205,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>753.259,17</b>	<b>145.567,14</b>	<b>145.567,14</b>

## 8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Créditos com pessoas ligadas	1.800.000,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Refere-se a créditos financeiros com as unidades HEJA – Jaraguá-Go e HURSO – Santa Helena-Go, cuja devolução está prevista para os primeiros meses de 2021.

## 9. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-GO e os adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 004/2014/SES-GO e seus aditivos, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**a) Bens Recebidos em Comodato**

DESCRIÇÃO BENS CEDIDOS	2019	2019 (Reapresentado)		2020
		Discriminação	Custo	
Computadores e Periféricos	35.004,55	35.004,55	0,00	35.004,55
Máquinas e Equipamentos	575.233,23	575.233,23	0,00	575.233,23
Móveis e Utensílios	147.678,29	147.678,29	0,00	147.678,29
Veículos	240.033,29	240.033,29	0,00	240.033,29
<b>Subtotal</b>	<b>997.949,36</b>	<b>997.949,36</b>	<b>0,00</b>	<b>997.949,36</b>
Comodato de terceiros	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>997.949,36</b>	<b>997.949,36</b>	<b>30.000,00</b>	<b>1.027.949,36</b>

**b) Bens Adquiridos com Recursos do Contrato de Gestão**

DESCRIÇÃO BENS ADQUIRIDOS	2019	2019 (Reapresentado)		2020
		Discriminação	Custo	
Computadores e Periféricos	27.333,06	27.333,06	0,00	27.333,06
Máquinas e Equipamentos	5.520.156,30	5.520.156,30	8.353,50	5.528.509,80
Móveis e Utensílios	362.905,42	362.905,42	2.618,37	365.523,79
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	3.280.934,34	3.280.934,34	0,00	3.280.934,34
Instalações Hospitalares	22.646,44	22.646,44	0,00	22.646,44
Direito de uso de Software	43.480,00	43.480,00	180.000,00	223.480,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.257.455,56</b>	<b>9.257.455,56</b>	<b>190.971,87</b>	<b>9.448.427,43</b>

**10. FORNECEDORES**

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	
		2020	2019
Fornecedores de serviços (b)	2.520.622,38	1.078.935,25	1.078.935,25
Fornecedores de materiais (a)	226.672,07	248.741,64	248.741,64
Contas a pagar (c)	4.300,00	9.857,61	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.751.594,45</b>	<b>1.337.534,50</b>	<b>1.327.676,89</b>

(a) os fornecedores de serviços são decorrentes da contratação de prestadores de serviços externos para executar atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao contrato de gestão nº 004/2014/SES-GO e seus aditivos.

(b) os fornecedores de materiais são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar e outros insumos, necessários a atividade operacional da unidade.

(c) Informamos que esse grupo foi apresentado na nota 13 conforme reapresentação.

**11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	
		2020	2019
INSS Retido S/ NF a recolher	109.365,95	1.041.178,65	841.835,42
PIS/COFINS/CSLL COD 5952 a recolher	81.423,43	697.748,47	697.748,47
IRRF s/ salários a recolher	55.313,01	51.762,34	51.762,34
IRRF COD 1708 a recolher	32.003,28	262.356,13	213.206,67
IRRF s/ RPA	19.128,04	7.942,33	7.942,33

ISS retido s/ NF a recolher	8.486,26	99.329,33	98.958,83
Juros e Multas IRRF COD 1708	0,00	0,00	49.149,46
ISS s/ RPA	0,00	0,00	370,50
Juros e Multas INSS Retido S/ NF	0,00	0,00	199.343,23
<b>TOTAL</b>	<b>305.719,97</b>	<b>2.160.317,25</b>	<b>2.160.317,25</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
INSS a recolher	547.433,12	203.822,43	203.822,43
Salários e ordenados a pagar	427.269,02	451.465,29	451.465,29
13º salários a pagar	178.030,28	0,00	0,00
FGTS a recolher	63.782,60	60.216,95	60.216,95
RPA a Pagar	47.658,23	8.792,40	8.792,40
Rescisão a pagar	19.335,66	0,00	0,00
PIS s/ folha a recolher	13.814,53	7.527,35	7.527,35
Outras obrigações	745,90	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.298.069,34</b>	<b>731.824,42</b>	<b>731.824,42</b>

## 13. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Provisão de Férias	622.293,67	463.214,18	463.214,18
Provisão INSS s/ Férias	155.573,37	123.698,13	123.698,13
Provisão FGTS s/ Férias	49.781,99	37.027,03	37.027,03
Provisão PIS s/ Folha – Férias	6.222,94	4.628,47	4.628,47
<b>TOTAL</b>	<b>833.871,97</b>	<b>628.567,81</b>	<b>628.567,81</b>

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Energia Elétrica a Pagar	0,00	0,00	45,22
Telefone a Pagar	0,00	0,00	4.934,11
Água e Esgoto a Pagar	0,00	0,00	3.880,28
Aluguel a Pagar	0,00	0,00	998,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.857,61</b>

Informamos que esse grupo foi reclassificado para a nota 9 conforme reapresentação

## 15. OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Obrigações com pessoas ligadas	13.588,46	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.588,46</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Refere-se a recursos a serem repassados para matriz.

## 16. CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. Com base em informações de seus assessores jurídicos, houve o reconhecimento dos valores das ações classificadas como prováveis perdas, conforme discriminado abaixo.

	<b>Quant. 2020</b>	<b>2020</b>	<b>Quant. 2019</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Provisões trabalhistas prováveis	2	89.513,63	2	89.513,63	-
Provisões trabalhistas possíveis	0	-	0	-	-
Provisões Cíveis Provável	2	150.000,00	4	320.000,00	-
Provisões Cíveis Possíveis	2	170.000,00	0	-	-
Contingencias		-		-	409.513,63
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>409.513,63</b>	<b>6</b>	<b>409.513,63</b>	<b>409.513,63</b>

#### **17. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Programa Atividade de saúde	33.811.702,63	34.975.135,79	34.975.135,79
Doações recebidas	79.876,50	50,00	-
Outras receitas - Atividade de saúde	26.410,83	155.328,91	155.378,91
	<b>33.917.989,96</b>	<b>35.130.514,70</b>	<b>35.130.514,70</b>

As receitas de subvenções são realizadas em razão da execução do contrato de gestão nº 004/2014 e termos aditivos, firmado com a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, sendo o valor de R\$ 33.811.702,63 a título de subvenção para custeio.

#### **18. CUSTOS COM PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO**

Em detrimento da segregação de custos e despesas, plano de contas e mudanças nos critérios contábeis, houve a necessidade da realização das reapresentações, conforme no contexto operacional, neste sentido, todos os quadros de custos e despesas sofreram readequações. Contudo, as mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício.

##### **(a) Custo de pessoal**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Custos com Servidores Cedidos	4.539.274,11	3.597.995,52	-
Custos com Pessoal próprio	5.417.950,55	4.225.574,13	-
Custos com Encargos sociais	1.973.442,61	1.548.823,43	-
Custos com Benefícios sociais	9.806,79	22.369,81	-
Salários e Ordenados	-	-	4.224.257,18
Férias	-	-	116.089,97
13º Salários	-	-	2.791,60
Rescisões	-	-	102.137,07
FGTS	-	-	379.549,29
INSS Empresa	-	-	1.072.604,89
INSS Terceiros	-	-	208.323,21
PIS S/ Folha	-	-	47.967,33
FGTS Rescisório	-	-	71.677,63
Vale Transporte	-	-	1.915,52
Assistência Médica	-	-	15.195,85
Seguros	-	-	8.459,11
Atestado de saúde ocupacional - ASO	-	-	140,00
Insalubridade	-	-	221.022,22
Adicional Noturno	-	-	29.174,76
Assiduidade	-	-	87.557,01
Gratificação	-	-	73.585,11
Provisão 13º Salários	-	-	406.673,80
Provisão FGTS 13º Salários	-	-	32.426,67

Provisão INSS 13º Salários	-	-	108.332,56
Provisão PIS S/ 13º Salários	-	-	4.053,56
Provisão Férias	-	-	362.071,05
Provisão INSS Férias	-	-	71.275,92
Provisão PIS Férias	-	-	2.700,45
	<b>11.940.474,06</b>	<b>9.394.762,89</b>	<b>7.671.584,83</b>

**(b) Custo de provisões trabalhistas**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Custos com Provisão 13º Salários e encargos	567.525,13	479.829,57	-
Custos com Provisão Férias e encargos	775.440,18	398.186,00	-
	<b>1.342.965,31</b>	<b>878.015,58</b>	

**(c) Custo operacional**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Serviços Médicos e Exames Laboratoriais	8.825.061,33	13.502.813,67	-
Serviços de limpeza	1.856.492,75	3.186.257,52	-
Copa cozinha (alimentação)	1.439.688,84	337.413,71	-
Medicamentos e correlatos	1.188.994,07	847.694,94	-
Manutenção de instalações, equipamentos e veículos	588.847,99	1.184.395,78	-
Materiais consumidos	416.126,29	165.390,23	-
Energia, água e telefonia	327.728,25	351.413,09	-
Locação de equipamentos e outros	189.775,76	577.526,31	-
Serviços de consultoria técnica	166.217,99	-	-
Combustíveis e lubrificantes	38.564,77	66.881,52	-
Outros custos operacionais	18.945,65	-	-
	<b>15.056.443,69</b>	<b>20.219.786,77</b>	<b>-</b>

**(d) Custos bens adquiridos contrato de gestão**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Custo com Aquisição de bens	190.971,87	71.975,90	-
Móveis e utensílios	-	-	50.073,00
Computadores e periféricos	-	-	14.697,90
Máquinas e equipamentos	-	-	7.205,00
	<b>190.971,87</b>	<b>71.975,90</b>	<b>71.975,90</b>

**(e) Medicamentos e material**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Materiais de Uso e Consumo (Laboratório)	-	-	93.950,01
Materiais de Uso e Consumo (Higiene e Cozinha)	-	-	243.410,82
Medicamentos e Correlatos	-	-	847.694,94
			<b>1.185.055,77</b>

**(f) Custos de serviços assistenciais e de apoio**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
--	-------------	---------------------------------	-------------

Bens de natureza permanente	-	-	180,00
Viagens e estadas	-	-	61.831,09
Lanches e refeições	-	-	2.237,89
Materiais de escritório e informática	-	-	74.025,60
Uniformes e equipamentos de segurança	-	-	2.673,46
Processamentos de dados	-	-	368.645,78
Combustíveis e Lubrificantes	-	-	66.881,52
Aluguéis de máquinas e equipamentos	-	-	458.441,52
Manutenção, Conservação de Moveis, Máquinas	-	-	54.142,83
Manutenção, Conservação de Veículos	-	-	16.048,75
Serviços Prestados Por Terceiros P.J	-	-	17.238.717,80
Serviços Prestados Por Terceiros P.F	-	-	1.145,08
Serviços de Limpeza e Conservação	-	-	1.524.953,00
Serviços c/ vigilância e segurança	-	-	342.129,49
Água e Esgoto	-	-	50.133,19
Energia Elétrica	-	-	301.279,90
Consumo de Gêneros Alimentícios	-	-	94.002,89
Outros Serviços prestados	-	-	1.118,30
	-	-	<b>20.658.588,09</b>

#### 19. DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS – ATIVIDADES DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Em detrimento da segregação de custos e despesas, plano de contas e mudanças nos critérios contábeis, houve a necessidade da realização das reapresentações, conforme no contexto operacional, neste sentido, todos os quadros de custos e despesas sofreram readequações. Contudo, as mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício.

##### (a) Com pessoal

	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Despesas com Pessoal próprio	809.108,46	631.040,79	-
Despesas com Encargos sociais	318.409,18	231.298,92	-
Reclamatórias trabalhistas	80.102,54	-	-
Despesas com Benefícios sociais	375,50	3.340,67	-
	<b>1.207.995,68</b>	<b>865.680,38</b>	-

##### (b) provisões trabalhistas

	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Provisão Férias e encargos	105.075,23	59.464,49	-
Provisão 13º Salários e encargos	79.876,18	71.657,02	-
	<b>184.951,41</b>	<b>131.121,50</b>	-

##### (c) serviços contratados

	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Serviços de tecnologia da informação	861.757,45	540.664,00	-
Serviços de apoio administrativos	514.592,40	-	-
Locação de equipamentos e outras	373.953,13	-	-
Serviços de contabilidade	267.137,53	287.245,82	287.245,82
Serviços advocatícios	250.066,66	-	-
Serviços de consultoria	158.992,54	250.334,60	-
Serviços de cursos e treinamentos	39.846,52	288.720,00	-



Serviços de auditoria	34.338,16	38.250,00	38.250,00
Serviços de comunicação	14.750,00	146.250,00	-
Serviços de segurança e vigilância	-	509.108,35	-
Serviços diversos	2.985,84	18.376,55	-
	<b>2.518.420,23</b>	<b>2.078.949,32</b>	<b>325.495,82</b>

**(d) administrativas**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Despesas administrativas com executora	1.090.371,24	934.387,46	-
Material de expediente	59.462,18	5.876,66	-
Energia, água e telefonia	19.309,30	74.168,45	-
Diárias, viagens e estadias	6.250,11	61.553,89	-
Lanches e refeições	3.037,98	2.237,89	72.490,61
Despesas diversas	2.863,10	3.924,42	54,80
Telefones	-	-	2.119,99
Correios e Telégrafos	-	-	617,82
Taxas de Expediente	-	-	934.387,46
Comunicação e Marketing	-	-	146.250,00
	<b>1.181.293,91</b>	<b>1.082.148,77</b>	<b>1.155.920,68</b>

**(e) tributárias**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Taxas federais, estaduais e municipais	47.239,43	29.571,39	-
Taxas Municipais	-	-	<b>215,18</b>
Taxas Estaduais	-	-	<b>29.356,21</b>
Despesas Bancárias C/C	-	-	14.184,71
Juros	-	-	24.080,94
Multas	-	-	226,82
Juros s/ impostos e contribuições	-	-	124.736,21
Despesas Bancárias S/ Aplicações Financeiras	-	-	14.458,07
Juros e Multas por Pagamento em atraso	-	-	248.492,69
	<b>47.239,43</b>	<b>29.571,39</b>	<b>455.750,83</b>

**(f) Aluguéis**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Aluguéis e Condomínios	-	-	11.932,00
Aluguéis de veículos	-	-	43.892,50
	-	-	<b>55.824,50</b>

Informamos que esse grupo foi apresentado na nota 18.c, conforme reapresentação.

**(g) Despesas c/ glosas SES-GO**

	<b>2020</b>	<b>2019 (Reapresentado)</b>	<b>2019</b>
Folha de servidores cedidos SES/GO	-	-	3.597.995,52
	-	-	<b>3.597.995,52</b>

Informamos que esse grupo foi apresentado na nota 18.a, conforme reapresentação.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO COM RESTRIÇÃO

O resultado financeiro obtido reflete os rendimentos das aplicações financeiras através de seus saldos mantidos em aplicação com rendimentos a valor de mercado, e os descontos financeiros trata-se de valores concedidos sobre pagamentos a fornecedores de materiais, ambos vinculados ao Contrato de Gestão nº 004/2014 e termos aditivos.

	2020	2019 (Reapresentado)	2019
Receitas Financeiras			
Rendimentos de Aplicação Financeira	108.628,80	29.417,01	29.417,01
Descontos Financeiros Obtidos	3.031,79	18.260,23	18.260,23
	<b>111.660,59</b>	<b>47.677,24</b>	<b>47.677,24</b>
Despesas Financeiras			
Encargos Financeiros	(257.210,09)	(411.994,73)	-
Despesas bancárias	(12.171,24)	(14.184,71)	-
	<b>(269.381,33)</b>	<b>(426.179,44)</b>	<b>0,00</b>
Resultado Financeiro	<b>(157.720,74)</b>	<b>(378.502,20)</b>	<b>47.677,24</b>

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 332/2021– GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás nesta data, suspendeu o Contrato de Gestão nº 004/2014/SES/GO.

Em detrimento de decisões judiciais, houve diversas mudanças de Diretorias no Instituto, inclusive culminando com a saída do presidente, à época, Sr. Eliude Bento da Silva, além de outros que passaram pelo cargo, sendo o atual presidente, o Sr. Sérgio Túlio Pessoa de Oliveira

Pirenópolis - GO, 31 de janeiro de 2022.

PRESIDENTE  
**ELIUDE  
BENTO DA  
SILVA**

Assinado de forma digital por ELIUDE BENTO DA SILVA  
Dados: 2022.02.07 13:55:57 -03'00'

ELIUDE BENTO DA SILVA  
PRESIDENTE  
CPF: 278.861.741-00  
Vigência: 10/02/2020 a 08/02/2021

RESPONSÁVEL TÉCNICO

TAXS CONTABILIDADE  
EIRELI:21126863000180

Assinado de forma digital por TAXS CONTABILIDADE EIRELI:21126863000180  
Dados: 2022.02.07 10:56:10 -03'00'

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP  
Empresa de Contabilidade  
C.R.C. GO-001863  
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80  
EZIO DONIZETH LOPES  
Contador  
C.R.C. GO-010049/O-2



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros do  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH  
Gestor do HOSPITAL ESTADUAL ERNESTINA LOPES JAIME – HEELJ  
Pirenópolis-GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEELJ** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEELJ**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa “07 – Estoque”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre os controles internos, inclusive sobre valoração dos custos dos estoques, com posição em 31/12/2020. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “08 – Realizável a Longo Prazo”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no contrato 004/2014 e aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “19.d – Administrativa”, correlacionada a Nota Explicativa “19 Despesas Operacionais e Administrativas – Atividades de Saúde - com Restrição”, vinculada as Demonstrações Contábeis, em específico o grupo “Despesas administrativas com executora”, não conseguimos compor os valores deste grupo. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, provenientes de repasses da Secretária de Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, está correlacionada na Nota Explicativa de nº “5 SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 4.738 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Contrato de Gestão nº 004/2014 e aditivos, firmados entre a **SES-GO** - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – **IBGH**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime – **HEELJ**, em Pirenópolis - GO, será cumprido, e que o valor de R\$ 551 mil, proveniente de reembolso com rescisões trabalhistas, será recebido.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 33.917 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido menor que os valores repassados para o período em análise.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, e se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas/custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “Recurso Contrato de Gestão 004/2014 – SES/GO – HEELJ”, no Passivo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “5 SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL”, letra “a”, “Reconhecimento e mensuração”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Contrato de Gestão nº 004/2014 e aditivos, firmado entre a SES/GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – **IBGH**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime – **HEELJ**, em Pirenópolis - GO, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES/GO, e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do **HEELJ** optou por acatar o novo entendimento contábil.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Nesse sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

## **Ênfase**

### **Continuidade das operações**

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão n.º 004/2014 e demais aditivos. Contudo, em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho n.º 332/2021– GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás naquela data, suspendeu o Contrato de Gestão n.º 004/2014/SES/GO. Neste sentido, informamos sobre a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, uma vez que a unidade já se encontra sendo gerida por outra Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

### **Contingências Passivas**

Conforme apresentado na Nota de nº “16 – Contingências” correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, a Entidade é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações. Contudo, por força do item 9.6, combinado com o item 9.19, ambos da cláusula nona – dos recursos humanos, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 004/2014-SES-GO, ficou definido que, apesar da responsabilidade ser do Parceiro Privado (IBGH-HEELJ), o Parceiro Público (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos e despesas de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, existe a divergência de entendimento sobre o reconhecimento ou não sobre a referida provisão. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

### **Controle Gerencial – Ativo e Passivo Compensado**

Conforme descrito na Nota 9, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação em 29 de abril de 2020.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das



demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Pirenópolis – GO, 07 de fevereiro de 2022.

WORK7 AUDITORES  
INDEPENDENTES  
SS:11689939000121

Assinado de forma digital  
por WORK7 AUDITORES  
INDEPENDENTES  
SS:11689939000121  
Dados: 2022.02.07  
16:05:14 -03'00'

Work7 Auditores Independentes SS  
CRC 001891 GO

JOSE RICARDO  
XAVIER:87186  
705120

Assinado de forma  
digital por JOSE  
RICARDO  
XAVIER:87186705120  
Dados: 2022.02.08  
10:08:01 -03'00'

José Ricardo Xavier  
Contador CRC GO-013785/O-0  
CVM 12.424